

PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA BACIA DO MÉDIO IVINHEMA-MS¹

Luis Ramão LOUVEIRA²

Lisandra Pereira LAMOSO³

Resumo

Este texto analisa o processo de ocupação e povoamento da região da Bacia do Médio Ivinhema, Sul de Mato Grosso do Sul, como parte constituinte do desenvolvimento regional recente. Fazem parte dessa abordagem: as primeiras atividades econômicas, a implantação do projeto de colonização federal, a inserção do binômio soja-trigo e sua posterior transição para o binômio soja-milho, a instalação das agroindústrias e a estrutura fundiária. De ocupação recente, predominam, na área, os determinantes da inserção do capital industrial através da comercialização de grãos e da agroindústria da suinocultura e da avicultura, que se reflete no urbano na forma de uma rede de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços a esse complexo produtivo. As relações campo-cidade como expressões do espaço regional produzido, incorporam determinações exógenas (inserção no mercado externo) e endógenas (urbanização e fortalecimento do município de Dourados como pólo regional).

Palavras-chave: Bacia do Médio Ivinhema; agroindústria; suinocultura; avicultura; desenvolvimento regional.

Abstract

Production of space in the Basin of Medium Ivinhema

This text analyses the occupation and settlement process of Bacia do Médio Ivinhema region, in the south of Mato Grosso do Sul, as a constituent part in the recent regional development. They are part of the approach: the first economic activities, the introduction of the project for federal settlement, the insertion of the binomial soy-wheat and its later transition to the binomial soy-corn, the installation of the agro-industries and the land structure. From a recent occupation, it is predominated in the area the determinants of the industrial capital insertion through the marketing of grains and the agro-industry of pork and poultry culture, that reflects in the urban society in the way of a network business and for those who render services to that productive complex. The relationship country-town as expressions of the regional produced space, incorporates outside determination called externals (insertion in the external market) and inside determination called internal (urbanization and strengthening of Dourados city as a regional pole).

Key-words: Bacia do Médio Ivinhema, agro-industries, pig culture, poultry culture, regional development

¹ Este texto faz parte do projeto "Produção do espaço geográfico na Bacia do Médio Ivinhema-MS", financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

² Geógrafo

³ Professora na Graduação e Mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Dourados - DCH/CEUD/UFMS - Rua João Rosa Góes, 1761 - 79825-070 - lamoso@terra.com.br

AS PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA

A área dessa pesquisa é composta pelos municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Rio Brilhante e Vicentina, que fazem parte da Bacia do Médio Ivinhema (BMI), localizada no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul (ver Figura 1).

Figura 1 – Localização da Bacia do Médio Ivinhema-MS



Uma das principais atividades econômicas do início do povoamento pela população não-índia foi a penetração de criadores de gado que conduziram seus rebanhos a partir do Triângulo Mineiro, transpondo o Rio Paranaíba, em busca de campos apropriados ao criatório e, nessa busca, atingiram as "Campinas da Vacaria", denominação anterior, no extremo Sul do antigo Estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, "onde encontraram, ainda, vestígios da presença castelhana, das reduções jesuíticas" (MARTINS, 1980, p.164). As condições geo-hidrológicas dos campos limpos que dominam as partes mais elevadas a Oeste e a Noroeste do extremo Sul do antigo Mato Grosso, sobre o capeamento arenítico ou sobre o basalto (FIGUEIREDO, 1969), ao impedirem o desenvolvimento da mata, tornaram-se áreas propícias para a criação extensiva de bovinos.

Além da criação de gado, o extremo Sul do antigo Mato Grosso foi espaço de atuação da Companhia Matte Laranjeira, cuja atividade consistiu na exploração dos ervais de erva mate nativos ali encontrados após a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). A atividade econômica cedo foi integrada aos mercados platinos e parte de sua renda foi utilizada na construção de dois trechos de ferrovia (de Guaíra a Porto Mendes e outro nas imediações de Porto Murtinho), na construção de pontes e portos fluviais para o escoamento do produto e outras intervenções. (MARTINS, 1980, p.158).

Sobre o papel da Companhia Matte Laranjeira no processo de produção do espaço regional, Lenharo (1986, p.64) afirma que a Companhia tinha suas próprias áreas, mas assegurava o seu domínio através do arrendamento de grandes extensões de terra em uma ação que, praticamente, impedia a entrada de posseiros na sua área de atuação, funcionando como um "tampão" para a "subida" de migrantes oriundos do sul do país.

Historicamente, a criação do Território Federal de Ponta Porã (em 13 de setembro de 1943), a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, situada no Território Federal, e a não renovação dos contratos de arrendamento foram fatos que contribuíram para a diminuição do poder da Companhia Matte Laranjeira no Sul de Mato Grosso.

É possível que, além da atuação direta da empresa, muitas outras ações tenham sido efetivadas no extremo Sul do Estado, após a Guerra, por parte de produtores independentes do domínio da Companhia. Houve adensamento populacional e o estabelecimento do comércio de escambo com a cidade de Concepción, no Paraguai, "para onde iam os produtos da região – couros de bovinos, peles de animais silvestres, cereais e gado, recebendo-se em troca ferramentas, medicamentos, alguns raros tecidos de fabricação européia e sal, indispensável aos bovinos." (MARTINS, 1980, p.167).

Em 1942, o Ministério da Agricultura determinou estudos para a criação de uma Colônia Agrícola no Estado e foi definida a implantação na região de Dourados (o que ocorreu posteriormente) devido à qualidade das terras para a agricultura e às condições naturais de vegetação e hidrografia. Figueiredo (1969) descreveu as condições físicas da área destacando a formação de basalto, que aparece nos entalhamentos mais profundos dos altos cursos dos afluentes da margem direita do Rio Paraná, e a extensa mancha basáltica próxima a Dourados como responsáveis pela fertilidade natural do solo, propício à agricultura.

As colônias agrícolas fizeram parte da política de colonização do Estado Novo. As propriedades rurais foram constituídas com base nos pequenos lotes de terra. Esses lotes foram distribuídos, preferencialmente, para trabalhadores brasileiros que não eram proprietários de terras. Essa política de distribuição favoreceu o auto-abastecimento, o beneficiamento de gêneros alimentícios, a construção de serrarias, olarias, usinas de açúcar e álcool (LENHARO, 1986, p.47). A política de acesso à terra formou o que Lenharo (1986, p.48) chamou de "*rosário de colônias*", em pontos avan-

çados de penetração, impulsionadores da *"Marcha para o Oeste e de conquista da Amazônia"*.

Na porção meridional do antigo Mato Grosso, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Lei número 5.941 de 28 de outubro de 1943, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com a distribuição de 6.500 lotes entre 20 e 50 hectares aos trabalhadores rurais comprovadamente pobres (OLIVEIRA; JUSTINO, 1997, p.11). A implantação da Colônia Agrícola estimulou a organização de companhias colonizadoras particulares que passaram a mediar o acesso a terra, através de um movimento muito semelhante ao ocorrido no Norte do Paraná. A Colonizadora Sociedade Melhoramentos e Colonização S/A foi uma das que atuaram nas terras banhadas pelo Rio Ivinhema em seus cursos médio e inferior, com loteamentos rurais e urbanos (GRESSLER, 1982, p.35).

A ocupação dessas áreas levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração das terras, acompanhada da implantação do trabalho assalariado. Grandes companhias colonizadoras começaram a especular febrilmente com a terra que foi valorizada após a implantação dos núcleos pioneiros. Desta maneira, a forma de colonizar predominante foi a voltada para a 'colonização econômica' dirigida para o lucro das companhias particulares, a qual o Estado Novo teoricamente se opunha e da qual os 'liberais' jamais se afastaram. (LENHARO, 1986, p.57)

Sobre os clientes dos projetos de colonização particular, Pébayle e Koechlin (1981) afirmaram que *"dadas as condições de compras, não são os habitantes rurais miseráveis que procuram refúgio nessas terras do Sul do Mato Grosso, mas agricultores que dispõem de um pecúlio suficiente para pagar mensalidade inicial que dá acesso à propriedade."* Muito antes da forte corrente migratória de sulistas, outros personagens constituíram o processo de povoamento do Sul do Estado. Segundo os autores:

Quando não eram proprietários ou colonos parceiros vindos de regiões de plantações do Oeste de São Paulo e do Nordeste do Estado do Paraná, esses novos colonos eram descendentes de policultores europeus de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e quando os lugares de nascimento evocam origens humildes nordestinas, isso não significa forçosamente que esses agricultores vieram diretamente do Nordeste. Ao contrário, um bom número deles chegou a Mato Grosso após uma longa estadia no Estado do Paraná. (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p.13)

Desse conjunto de migrantes tem origem as primeiras plantações de café no Sul do Estado, que deixaram de prosperar pelas condições climáticas desfavoráveis.

Uma corrente migratória originada do Estado de São Paulo utilizou o Porto XV (na margem direita do Rio Paraná, junto à foz no Mato Grosso) como porta de entrada para a região de Dourados:

O movimento de caminhões é intenso. Somente em junho de 1953 passaram por Pôrto 15, em direção a Dourados, 60 a 70 caminhões diários, com famílias e bagagens. Nos últimos meses, julho e agosto, assim como nos imediatamente anteriores a junho, a média têm oscilado entre 15 a 20 caminhões por dia. Esses caminhões voltam para São Paulo carregados com cereais, principalmente dos arredores de Dourados e Rio Brilhante, mas também de Campo Grande. (PETRONE, 1957, p.77).

Continua ainda:

A esmagadora maioria dos trabalhadores que passaram pelo Pôrto 15 é constituída por nordestinos, vindos diretamente do Nordeste ou de alguma área do Oeste de São Paulo, onde permaneceram algum tempo; oriundos de outros estados são menos numerosos, sendo relativamente poucos os estrangeiros (PETRONE, 1957, p.77-78)

A partir do final dos anos 60, a corrente migratória predominante veio do Sul do Brasil, “são os *granjeiros, grandes fazendeiros agricultores* que constituem desde os anos 50 a classe rural mais dinâmica das pradarias do Rio Grande do Sul” (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p.16). Em termos econômicos, foi construído um novo padrão de aproveitamento agrícola, com base na cultura mecanizada de cereais voltada para o mercado externo, subsidiada por políticas de financiamento dos bancos estatais e assistência técnica especializada, com participação dos granjeiros gaúchos:

Após muitas vicissitudes, conseguiram impor suas explorações de culturas de cereais mecanizadas ao ponto de fazer desaparecer quase totalmente os criadores gaúchos tradicionais. O sucesso da rotação trigo-soja é tal que o preço das terras e das fazendas atingem valores quase proibitivos (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p.16).

Esse padrão de produção se estende pelas terras novas e mais baratas (em comparação com as do Rio Grande do Sul) em Amambai, Ponta Porã, Maracaju, Nioaque e Dourados, no reverso basáltico da *cuesta* de Maracaju, ao longo dos grandes eixos rodoviários, ocupando os campos limpos.

Nas áreas de mata, a ocupação foi diferenciada. Inicialmente, a mata foi evitada pela atividade da pecuária, sendo privilegiada a exploração da madeira, o que ocasionou o surgimento de muitas serrarias – atividade que também atraiu mão-de-obra para a região (como foi o caso do município de Caarapó). Ao contrário das áreas de campos, nas áreas de matas o explorador é um pequeno policultor ou um proprietário que continuou residindo em São Paulo ou no Paraná (absenteísta), dono de “imensas glebas de vários milhares de hectares de floresta” (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p.21).

O impacto do novo padrão agrícola sobre a produção do espaço regional foi de significativa importância, em particular, para o município de Dourados, conforme relatam Pébayle e Koechlin (1981, p.38-39): “mas foi em Dourados que o impacto granjeiro foi mais violento, pois os recém-chegados escolheram as melhores condições de habitabilidade de uma cidade que já era um pequeno centro regional antes de sua chegada.” Continuam os autores:

É que em Dourados, a produção de soja interessa, singularmente tanto às grandes firmas comerciais de São Paulo quanto às casas de alimentação animal dos países europeus. Essa função de acolhida é uma das mais notáveis da evolução atual: hotéis e pensões pululam, com um aparato de conforto peculiar a qualquer centro regional europeu (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p.39)

Ao contrário do centro regional que se formava em Dourados, o que os autores chamam de “*cidades do sul florestal de Mato Grosso*” tinham as seguintes características: “não são centros de decisão, são essencialmente comerciais e artesanais, com exceção das serrarias, muito numerosas, a única atividade industrial da região” (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p.28).

Na segunda metade dos anos 70, com o esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e Paraná, a ocupação da área de campos no Sul do Estado se

intensificou e as ações passaram a priorizar a produção voltada para o mercado externo, no esforço de atender o aumento das exportações para compensar o desequilíbrio na balança comercial, provocada pela crise do petróleo, a partir de 1973. Para equilibrar as contas da balança comercial, já que as importações no curto prazo não poderiam ser diminuídas, de forma a eliminar o impacto da alta de preços, o país foi mobilizado para três encaminhamentos: 1) substituição das importações de petróleo (com a implantação de alternativas como o Proálcool); 2) ampliação das exportações (inclusive produtos agrícolas e para isso foram desenvolvidas políticas de aproveitamento da região de cerrados para a cultura de grãos) e 3) expansão da agricultura (expansão da fronteira agrícola, da produção de grãos voltados à exportação).

Na avaliação de Brum:

A expansão da nova fronteira agrícola, agora, já não se dá com base na pequena propriedade rural voltada para a policultura em regime de trabalho familiar. Ocorre fundamentalmente em cima da grande e média empresa rural – capitalista, dentro da lógica da modernização conservadora, em extensas áreas de terras disponíveis (BRUM, 1987, p.99).

No Sul do Mato Grosso do Sul, nos anos 80, a soja foi produto que mais teve expansão de área plantada. Isso alterou as relações de trabalho, o uso do solo, as relações comerciais e a infra-estrutura regional. A lavoura de trigo também apresentou crescimento, mas as condições ambientais não favoreceram seu desenvolvimento apesar de todo o investimento em pesquisa via Embrapa e os subsídios à produção proporcionados pelo Governo Federal.

A expansão da cultura de grãos foi acompanhada por políticas de descentralização industrial para o interior do país, sob forma de implantação de distritos industriais para consolidação da política de agroindustrialização. Esse foi o caso de empresas como a Copaza e a Comasul, as primeiras a se instalarem no Distrito Industrial de Dourados (SOUZA, 1998), voltadas para o setor de grãos/carne e, posteriormente, vieram empresas como: Avipal, Frangosul, Coagri, Piratini, Seara (antiga Ceval) que se inseriram no sistema de produção integrada e passaram a aproveitar a malha de pequenos estabelecimentos rurais nas relações de integração, através da compra de suínos e aves. Além disso, ocorreu a implantação de indústria de laticínios, beneficiamento de algodão (Coovale e Copacentro) e máquinas de beneficiamento de arroz.

Essa mesma malha fundiária, com predomínio de propriedades de até 100 hectares, possibilitou um processo de diversificação econômica rural baseado em um conjunto variado de atividades, entre as quais: fruticultura, sericicultura (Sedas Shoei Bratac), pecuária leiteira, apicultura e piscicultura (tanto como atividade de lazer – pesque-pague –, como voltadas à produção e comercialização – exemplo da criação de alevinos e exportação para o mercado paulista, caso da Agropeixe, em Itaporã)⁴.

O conjunto das atividades rurais, principalmente as atividades agroindustriais, são capital-intensivas, poupadoras de mão-de-obra, o que não contribuiu na diminuição do êxodo rural que, ao contrário, aumentou dos anos 70 em diante. Uma expressão da redução da população rural pode ser constatada nos censos demográficos dos municípios do Médio Ivinhema. No conjunto desses municípios, a população rural em 1970 era de 102.920 habitantes e em 1996 passou para 30.036 habitantes, o que significou uma redução de 70,8% (IBGE, 1970 e 1996).

⁴ Estudos sobre as atividades de diversificação no campo foram realizados por Faria *et. al.* (1999), Silva (1997), Lomba *et. al.* (1994), Moreira *et. al.* (1999), Manfré *et. al.* (1999).

A PARTICIPAÇÃO DOS GRANJEIROS GAÚCHOS

A partir de 1968, os municípios da BMI passaram por um processo de reestruturação devido à chegada dos granjeiros gaúchos que introduziram as lavouras tecnificadas do binômio soja e trigo, associada ao complexo agroindustrial⁵.

O granjeiro gaúcho teve um papel importante na colonização do Sul do Mato Grosso do Sul, mais especificamente nos municípios que compõem a BMI. A partir dos anos 60, a população da região aumentou com a chegada de agricultores do Sul, somando-se à população aqui já existente constituída de nordestinos, imigrantes japoneses e antigos moradores oriundos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e do Paraguai.

A migração dos granjeiros foi motivada pelo esgotamento das fronteiras agrícolas no Rio Grande do Sul e pelo baixo preço das terras sul-mato-grossenses. Na fase inicial, os granjeiros agiram por conta própria, sem ter obtido, nesse momento, apoio do Estado.

Ao chegarem, os granjeiros se deparam com a pecuária como principal atividade econômica do Mato Grosso, no entanto, adotaram a agricultura a partir do uso de técnicas mais avançadas combinadas com uso de maquinário agrícola, pois estes agricultores já exerciam a atividade agrícola e haviam acumulado experiência no Sul do País.

A soja, que foi plantada no Sul de Mato Grosso, foi trazida por pequenos arrendatários vindos dos Estados do Rio Grande de Sul e do Paraná. No final dos anos 60, eles trocaram a pecuária e a cultura da erva-mate, investindo com bons resultados na sojicultura. Os primeiros cultivos de soja no então Estado do Mato Grosso foram realizados na região da Grande Dourados, no fim dos anos 60.

Os resultados foram observados através do crescimento da produção agrícola, o que fez Silva (1992) referir-se aos granjeiros como dotados de "espírito empreendedor e mentalidade empresarial". A atuação desse novo personagem abriu caminho para a expansão posterior do processo de agroindustrialização. Para Silva:

Foi após a comprovação da viabilidade da lavoura mecanizada nessa área de campo, que os gerentes do Banco do Brasil se dispuseram a liberar o crédito rural para essa atividade. Essa liberação só se concretizou de forma mais efetiva a partir da safra de 1971. No entanto, o crédito rural para a lavoura dos granjeiros tornou-se farto e barato, não representando mais um problema. (SILVA, 1992, p.78).

A INSTALAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS

A BMI apresentou, em meados de 1970, uma atividade pecuária relativamente desenvolvida e a agricultura, que se consolidara com o binômio soja-trigo. A pecuária foi realizada de forma intensiva através do melhoramento das pastagens e a agricul-

⁵ Por complexo agroindustrial, consideramos, neste trabalho, um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção de produtos agropecuários e florestais. A geração desses produtos, seu beneficiamento, transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas. Ainda – a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição de produtos industriais e agrícolas, e mais financiamento à pesquisa e assistência técnica (MULLER, 1989, p.45)

tura adentrou em um novo padrão de organização, com apoio creditício e das políticas de governo, que incentivava a produção para exportação.

Em 1973, a economia mundial passou pelo “choque do petróleo”⁶. A política econômica implementada pelos governos militares foi a de incentivar a produção para exportação com o objetivo de atenuar o impacto do aumento dos custos da importação do petróleo na balança comercial. Nessa década, o Médio Ivinhema, começou a receber investimentos através de vários programas destinados a implantar a infra-estrutura necessária à expansão da produção agrícola, com destaque para a soja. Foram criados vários Programas de Desenvolvimento para integrar o Mato Grosso do Sul ao capitalismo industrial e isso ocorre seguindo os determinantes das necessidades da região Sudeste⁷.

Entre os diversos programas implementados pelo Estado, destacamos aqueles com intervenção direta na região do Médio Ivinhema PRODOESTE, PLADESCO E PRODEGRAN⁸:

A criação desses programas visando interligar o Estado do Mato Grosso do Sul com o capitalismo industrial, a chegada dos granjeiros gaúchos, que introduziram uma agricultura mecanizada aliada à política de financiamento da agricultura pelo governo federal com recursos através dos programas de crédito rural produziu um espaço regional adequado ao surgimento de indústrias e estabelecimentos comerciais ligados às atividades rurais como as agroindústrias e uma extensa rede de serviços e infra-estrutura para atender às novas necessidades desse capital industrial.

Sobre as agroindústrias, Reis e Estrela fazem a seguinte afirmação:

De início, as agroindústrias instaladas eram de capital regional, mas nos anos 90, durante o processo de abertura do mercado brasileiro para o capital estrangeiro, iniciado no Governo Collor e impulsionado por Fernando Henrique Cardoso, essas empresas foram transferidas para grande conglomerados internacionais, como no caso da Campoeste, Avipal, Frangosul e Seara. (REIS e ESTRELA, 2003, p. 12)

Os autores continuam destacando a maior agroindústria da área pesquisada, que é a empresa Seara:

A Ceval, maior processadora de soja da América Latina, adquiriu a Seara, no início dos anos 80 e impulsionou sua capacidade de investimentos ao incorporar novas unidades industriais, dentre elas a filial de Dourados-MS, que até então era um frigorífico de bovinos. A empresa, adequando-se ao mercado, encerrou a atividade de abate de bovinos e transformou a unidade de Dourados numa agroindústria de suinocultura. (REIS e ESTRELA, 2003, p.12).

Em 2004, a Seara foi vendida para o grupo Bunge, de capital argentino. Outra agroindústria representativa foi a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COOAGRI), criada em 1990, a primeira a atuar na produção industrial de frangos na área da BMI.

⁶ Aumento dos preços do petróleo pelo cartel da Organização dos países produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP).

⁷ Abreu (2003, p.288) trata do processo de ocupação do Centro-Oeste afirmando que: “a ocupação e intervenção na região Centro-Oeste fez parte de uma política nacional de racionalização da economia, no sentido de responder às necessidades do padrão de acumulação e valorização do capital tanto em âmbito externo como interno”.

⁸ Informações retiradas de Abreu (2001)

Ela foi desmembrada da Cooperativa-Tríticola Serrana (COTRIJUI), que se instalou no Mato Grosso do Sul. A velocidade da acumulação de capital pode ser observada no caso da Coaagri. No período de quatro anos (1990-1994) o patrimônio da Coaagri somava US\$ 180.000.000,00 e a sua capacidade de armazenamento nesse período era de 540.000 toneladas de grãos atuando praticamente em todo Centro-Sul do Estado (MIZUSAKI, 1996).

O complexo agroindustrial instalado na região foi estimulado pela estratégia do Estado brasileiro de promoção da expansão dessa forma de produzir no campo, criando uma rede de assistência e de crédito, atraindo a instalação de um conjunto de empresas ligadas ao fornecimento de insumos e máquinas agrícolas e uma rede de comercialização da produção.

Conforme Silva:

Na segunda fase da expansão dos interesses agroindustriais, o CAI se materializa de maneira mais completa, isto é, não mais exclusivamente por via de disseminação das lavouras mecanizadas, mas também por intermédio, por um lado da instalação de uma extensa rede de distribuição dos modernos insumos e máquinas agrícolas, e por outro lado de montagem de uma complexa malha de captação de produção do agro-local. (SILVA, 1992, p.92).

Levantamento por nós realizado ilustra essa "rede de distribuição dos modernos insumos e máquinas" no município de Dourados, que serve aos municípios do entorno, formadores do Médio Ivinhema. Temos as seguintes empresas: Agromáquinas Figueira Ltda; Comid Máquinas Ltda; Douragrícola Comércio de Peças Agrícolas e Manutenção de Tratores; Matra Máquinas e Tratores Agrícolas Indústria e Comércio e Mecânica Ranzi.

Quanto aos estabelecimentos comercializadores de cereais, estão localizados em Dourados: Agrícola Paiol Ltda.; Cargil Agrícola S/A; Cerealista Boa Safra; Cerealista Bom Tempo; Cerealista Garça Ltda; Cerealista Stefanello Ltda; Cerealista Tio Bepe Ltda; Campina Verde Armazéns Gerais Ltda; Bocchi Comércio de Cereais Importação e Exportação.

Um dos maiores cerealistas é a Campina Verde Armazéns Gerais. A Campina Verde instalou-se em Dourados em 1995. Os produtos agrícolas principalmente soja, milho e trigo chegam ao armazém, úmidos e sujos e passam pela secagem e limpeza para depois serem armazenados. Podem, depois desse processo, serem armazenados por tempo indeterminado e, para isso, é cobrada do produtor uma taxa em dinheiro pelo serviço de armazenagem. A Campina Verde trabalha somente como prestadora de serviço. Suas instalações ficam no perímetro urbano da cidade de Dourados (na Avenida Weimar Gonçalves Torres), com capacidade máxima de armazenamento de 12 mil toneladas.

Os produtos agrícolas são adquiridos dos agricultores da Região da Grande Dourados e de outros municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. A Campina Verde possui uma corretora que faz as negociações (compra e venda dos produtos agrícolas), no Brasil e no exterior.

O crescimento da cultura da soja foi um fator que exigiu subsídio da ciência e tecnologia, obtido com a chegada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Dourados. Na Embrapa funcionava a Unidade de Pesquisa Agrícola (UEPAE), que se dedicava aos trabalhos de pesquisa para o melhoramento agrícola tanto da soja como de outras culturas. Além da EMBRAPA, UEPAE e Empresa de

Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER)⁹ atuarem no desenvolvimento de pesquisa agropecuária, no início da década de 1980, algumas empresas privadas de produção de sementes, como a Sementes Bonamigo (localizada no município de Bandeirantes-MS) se dedicaram à pesquisa genética para melhoramento do grão. Em 1986-1987, as empresas Aracoara, de Sidrolândia, Sedol, de Dourados e Jota Basso, de Ponta Porã, seguiram o mesmo caminho.

A cultura da soja no Estado segue modernos mecanismos de comercialização, já que o produto acompanha o preço das bolsas internacionais e os negócios são realizados a partir das cotações da Bolsa de Mercadorias de Chicago.

Vários programas agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram implantados como forma de subsidiar a produção, aumentar a produtividade e reduzir as perdas na agricultura. Foram implementados os seguintes programas: a) Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, seus Implementos Associados e Colheitadeiras, com o objetivo de modernizar o parque de máquinas e implementos agrícolas através da disponibilidade de linhas de financiamento; b) Programa de Recuperação do Solo, para oferecer crédito permanente para aquisição de corretivos agrícolas, inclusive “adubação verde” e c) Programa de Construção de Armazéns nas Propriedades Rurais, para financiar a construção de armazéns em propriedades rurais. Posteriormente, instalaram-se as indústrias de esmagamento de soja. Algumas, com incentivos fiscais, estabeleceram-se em Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Fátima do Sul, Três Lagoas e Bataguassu, com capacidade para processar toda a produção do Estado.

No Mato Grosso do Sul, a agroindústria de transformação voltada para a soja possui quatro unidades industriais de esmagamento (com a produção de farelo, óleo e farinha). Estas unidades estão distribuídas nas microrregiões¹⁰, de Campo Grande, Dourados, Iguatemi e Alto Taquari e recentemente uma quinta unidade de indústria e esmagamento de soja iniciou as atividades no município de Bataguassu-MS.

A cultura da soja intensificou o processo de mecanização, facilitada pela política de incentivos do governo federal. Podemos observar na tabela 1, parte da expressão dessa mecanização, que colaborou no aumento do desemprego na área rural.

A redução em números absolutos que é observada de 1985 para 1996 deve-se também ao incremento tecnológico. No início do processo de ocupação econômica, foi necessário maior quantidade de tratores inclusive porque havia áreas a serem desmatadas e “limpas”. Posteriormente, o serviço existente passou a ser executado por uma quantidade menor de tratores, porque os mesmos tornaram-se mais potentes. Nos dados do IBGE aparece um maior número de tratores com potência entre 50 a 100 CV.

⁹ Posteriormente transformada em Instituto do Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDATERRA).

¹⁰ O Estado de Mato Grosso do Sul é composto por 11 microrregiões. Dos municípios que fazem parte da Bacia do Médio Ivinhema, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Rio Brilhante e Vicentina fazem parte da microrregião geográfica de Dourados. Já os municípios de Deodápolis e Glória de Dourados fazem parte da microrregião geográfica de Iguatemi.

**Tabela 1- BMI- Número de tratores
(1975-1996)**

Municípios	1975	1980	1985	1995/96
Caarapó	206	525	848	679
Deodápolis*	-	173	266	182
Dourados	1.166	1.767	2.035	1.813
Douradina	-	-	249	290
Fátima do Sul	108	378	555	379
Glória de Dourados	99	97	140	105
Itaporã	274	560	730	747
R. Brilhante	401	838	1.129	844
Vicentina*	-	-	-	252
Total	2.254	4.338	5.952	5.291

* O município de Deodápolis foi desmembrado de Glória de Dourados, o município de Vicentina desmembrou-se de Fátima do Sul.

Fonte: IBGE

Org.: Louveira , 2003

A TRANSIÇÃO DO COMPLEXO SOJA-TRIGO PARA O COMPLEXO SOJA-MILHO

A substituição do trigo pela expansão do cultivo do milho ocorreu, em parte devido à política do Governo Federal não incluir o trigo no seguro agrícola (PROAGRO), em virtude nas condições adversas ao cultivo no Sul do Estado. Essa transição ocorre nas safras de 1990-2001.

Para entender esse novo binômio, o soja-milho, pesquisamos algumas informações, que explicam a expressão da cultura do milho na área em estudo.

A pesquisa genética criou um elemento novo: o milho safrinha. Esse milho, que é o milho da entre-safra deixou de ser um complemento da produção para tornar-se a principal renda dos produtores, tanto que o milho migrou para o período intermediário (outono), levando em consideração também à alta evapotranspiração, o que tornava o cultivo do milho de alto risco no verão¹¹.

O milho produzido nos municípios do Médio Ivinhema é comercializado na própria região pelas agroindústrias que atuam no setor de ração animal. Entre as indústrias que adquirem a produção da região, localizamos a Fundação de Rações Douramix Ltda. Esta empresa iniciou suas atividades no mês de novembro de 1998, dando início à produção em abril de 1999. Toda matéria-prima utilizada é proveniente do mercado local (milho, farelo de soja, sorgo etc). Os componentes como fosfato, sal e calcário

¹¹ Para temos uma noção da expansão e relevância desse produto, consultamos os dados que seguem: em 30 de julho de 2003 havia uma estimativa de que se o clima não interferisse negativamente no cultivo do milho safrinha em Dourados, a área plantada no município chegaria a 110 mil hectares, contra 70 mil no ano de 2002, gerando um aumento de 55%, com produtividade média estimada de 3.000 quilos por hectare. A produção deverá ficar em torno de 330 mil toneladas. O Banco do Brasil aumentou em 48% o crédito de custeio para o milho na Grande Dourados. Os financiamentos passaram de R\$ 48 milhões em 2002 para R\$ 90 milhões em 2003. O número de contratos atingiu 1.200, contra 800 na safrinha anterior (<http://www.jornalnossaterra.com.br/manchetes/19dourados.html> < acesso em 30/07/03>.)

são adquiridos de municípios de outros Estados e algumas matérias primas são importadas.

A fabricação de ração para atender à criação de aves e suínos é o principal motivo da expansão da produção de milho na Região. Na maioria das rações consumidas por suínos e aves, a relação é de 70% de milho, 20% de farelo de soja e 10% de outros ingredientes. Num período de 30 dias a produção de ração chega a consumir aproximadamente 2.000 toneladas de farelo e 7.000 toneladas de milho¹².

DINÂMICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO IVINHEMA

Transcorridos trinta anos, a malha fundiária herdada da CAND se consolidou. No ano de 1970 o espaço geográfico analisado, por força de influência da atividade dos granjeiros gaúchos, teve a expansão da produção da cultura da soja e trigo que marcaram a mecanização da atividade agrícola. A produção em maior escala, a partir da utilização de modernas tecnologias provocou divisão e especialização do trabalho e aumentou a produtividade na agricultura, isso faz com que as mercadorias possam ser produzidas a custos cada vez menores. A concorrência que se estabeleceu na economia faz com que, regra geral, os produtores que não acompanharam o incremento tecnológico fossem “expulsos” do mercado. Como descreve Veiga:

Enquanto são apenas os agricultores de vanguarda a adotar uma inovação produtiva, a oferta aumenta pouco e não afeta significativamente o preço de mercado. Até aí, quem produz com custos mais altos do que a vanguarda ainda pode se manter. É somente quando uma grande massa de produtores imita a vanguarda que o preço de mercado despenca, devido ao forte aumento da oferta. (VEIGA, 2003, p.151)

A produção em maior escala sendo economicamente mais rentável cria uma situação desfavorável para os pequenos proprietários, que têm dificuldades para competir com produtores mais capitalizados e com acesso às linhas de crédito.

Analisando os dados do IBGE¹³ constatamos a redução do número de trabalhadores envolvidos em atividades agrícolas nos estabelecimentos do Mato Grosso do Sul. Em 1985 o número de trabalhadores era de 253.993. Em 1995 foi de 202.709, uma redução da ordem de 51.284 (20%). Nos municípios pesquisados, houve redução do número de pequenos produtores, uns migrando para municípios maiores no próprio Estado, como Dourados e Campo Grande, e outros para municípios de Estados diferentes.

A expansão da produção da soja favoreceu a urbanização do Sul do Mato Grosso do Sul e com isso houve modificações nas condições de vida da população rural.

¹² Informações fornecidas pelo Sr Eduardo Corrêa da Silva, Gerente de Produção da Douramix-Nutrição Animal ao autor em 21 de novembro de 2003.

¹³ Censo Agropecuário – Mato Grosso do Sul. Devemos registrar que os últimos dados referem-se a 1996, pois o IBGE não realizou o censo agropecuário em 2000.

Para Rangel:

As pessoas vão a procura de bens e serviços de consumo "parcialmente diferentes" dos antigos. Além disso, para viabilizar o aumento do intercâmbio implícito na divisão social do trabalho, expandem-se os serviços de comércio, transporte e governo, o que supõe também uma procura de fatores maior e qualitativamente diferente dos antigos. (RANGEL, 2000, p.46).

Essa explicação é pertinente à situação criada na área pesquisada e ajuda a compreender a expressão do crescimento da população urbana e o decréscimo do número de habitantes na zona rural (ver tabela 2).

Esse deslocamento do lugar de moradia tem sido interpretado como crescimento da urbanização no país, questão que começa a ser questionada por Veiga (2003).

Tabela 2 – BMI – Evolução da população rural e urbana (1970-2001)

Municípios	1970		1980		1990		2001	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Caarapó	20.630	5.377	2.155	15.058	8.227	14.265	6.046	14.645
Deodápolis	-	-	10.778	7.297	4.793	8.920	2.902	8.435
Dourados	47.587	31.599	21.644	84.849	13.128	122.856	14.955	149.679
Douradina	3.765	1.242	3.562	1.944	2.254	2.487	2.030	2.701
Fátima do Sul	31.692	9.221	16.859	16.454	5.202	16.953	2.832	16.279
Gl. de Dourados	34.623	6.449	8.375	7.820	3.899	7.990	2.827	7.209
Itaporã	14.758	5.525	6.620	7.778	5.964	9.971	5.298	11.737
Rio Brilhante	6.253	4.016	7.973	7.606	7.775	14.734	5.878	16.650
Vicentina	-	-	-	-	3.634	3.649	2.246	3.543
TOTAL	159.308	63.429	87.966	148.806	54.876	201.825	45.014	230.878

Fonte: IBGE

Org.: Lamoso, 2004.

Apesar de 65% da população da BMI ser considerada urbana pelo IBGE, Veiga, critica a metodologia empregada no Brasil, estabelecida a partir do Estado Novo, que definiu as regras de divisão territorial que permanecem em vigor.

A partir de 1991 o IBGE definiu três categorias de áreas urbanas (urbanizadas, não urbanizadas e urbanas-isoladas) e quatro tipos de aglomerados rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros). Todavia, em vez de abolida ou amenizada, acabou sendo fortalecida pela nova nomenclatura essa convenção de que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for a sua função, dimensão ou situação.

Isso teria pouca relevância se fossem poucos os casos de sedes municipais que exercem irrisória pressão antrópica sobre ecossistemas pouco artificializados, às vezes quase intocados. No entanto, a grande maioria dos municípios brasileiros tem essas características (VEIGA, 2003). Cerca de 70% deles são inferiores a 40 hab/km², enquanto para os parâmetros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km². Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos. (VEIGA, 2003, p.65).

Entre os municípios de Mato Grosso do Sul com maiores reduções de população, estão Vicentina, Deodápolis e Glória de Dourados, no período de 1991 a 1996. Esse fato foi acompanhado do aumento da área média das propriedades rurais. Muitos agricultores venderam suas pequenas propriedades para aqueles que conseguiram se capitalizar e permanecer no campo ou para pessoas que ingressaram na atividade rural mesmo residindo na zona urbana. Essa diminuição da população rural foi acompanhada da concentração da estrutura fundiária.

A maior concentração da estrutura fundiária ocorreu a partir da implantação do Plano Real, de uma queda no preço da terra. O preço como se sabe, é a capitalização da renda territorial que tende a declinar como resultado da maior oferta de terra agrícola. (RANGEL *apud* LAMOSO, 1999, p.75).

O Mato Grosso do Sul está dividido em 11 microrregiões. Portanto o que não deve ocorrer é a generalização de tal explicação para todos os municípios. É válido ressaltar que os dados do censo agropecuário de 1996, mostram algumas alterações nas características do campo sul-mato-grossense, o que não se sabe é o comportamento dessas alterações por regiões. Conforme Lamoso:

A microrregião geográfica de Dourados, por exemplo, apresenta uma maior diversificação econômica no total do Estado, o que pode ser um fator diferenciador na própria dinâmica fundiária do território do Estado, pela maior infraestrutura, a instalação das agroindústrias e o fato de o próprio mercado consumidor estar mais concentrado nessa porção do Estado. (LAMOSO, 1999, p.39).

Antes de analisarmos a dinâmica da malha fundiária da área pesquisada, é necessário considerar que houve os seguintes desmembramentos:

Tabela 3 –BMI- Desmembramentos político-administrativos

Município de origem	Data do desmembramento	Município criado
Fátima do Sul	20-06-1987	Vicentina
Rio Brilhante	18-12-1991	Nova Alvorada do Sul
Dourados	13-05-1976	Deodápolis
Dourados	12-05-1980	Douradina

Org. Louveira, 2003

A estrutura fundiária da Bacia do Médio Ivinhema é caracterizada por estabelecimentos com até 50 hectares. Mesmo com a chegada dos granjeiros gaúchos no final da década de 60, a área manteve suas características herdadas do processo de ocupação, baseada na distribuição de pequenos lotes, isso no período que corresponde de 1985 a 1996.

Tabela 4 - BM I- Quantidade de estabelecimentos por classe de área (ha) (1985-1996)

Classe de área	1985	%	1996	%
Menos de 50	8.611	70,8	5.771	62,8
De 50 a menos de 200	1.845	15,2	1.519	17,7
De 200 a menos de 1.000	1.049	8,6	1.302	15,2
De 1.000 a menos de 5.000	626	5,1	236	3,2
De 5.000 a menos de 10.000	30	0,2	12	0,6
De 10.000 e mais	—	—	4	0,5
Totais	12.161	100,0	8.844	100,0

Fonte: IBGE

Org.: Lamoso, 2003

Observando a tabela 4 percebemos que ainda há predominância de estabelecimentos com até 50 hectares (62,8% do total) na BMI. Existem pequenos produtores que resistem a venderem sua propriedade e há aqueles que residem no campo, mas exercem atividades na cidade. Apesar da malha fundiária, apresentar a maioria de propriedades de até 50 hectares, temos que considerar que não é possível afirmar que não haja uma concentração, pois um mesmo proprietário pode ser dono de mais de um estabelecimento. Nesse sentido, a ausência de informações do cadastro de propriedades, organizadas pelo INCRA, prejudica parte de nossas análises.

Tabela 5 - BMI - Demonstração de aumento (+) e redução (-) do número de estabelecimentos por classe de área (1985-1996)

Classe de área (ha)	Caarapó	Deodápolis	Dourados	Douradina	Fátima do Sul	Gl. de Dourados	Itaporã	Rio Brilhante
0-50	-649	-543	-315	-180	-1685	-234	-135	-73
50-200	-118	-14	-124	**	-117	+13	-11	-60
200-1.000	-87	+29	+23	+3	-2	+11	+13	+244
1.000-5.000	-36	-1	-48	-1	-	-2	+3	+62
5.000 a 10.000	-3	*	-1	*	*	*	*	-9
10.000 a mais	*	*	-1	*	*	*	*	*

* Não havia estabelecimentos com nessa classe de área

** Não houve alteração

Fonte: IBGE

Org. Louveira

A partir dos dados da tabela 5, constatamos que houve uma redução do número de estabelecimentos da classe de área de 0 a 50 hectares em todos os municípios da Bacia. Uma redução significativa, de 1.685 estabelecimentos foi observada no município de Fátima do Sul e pode ser explicada pelo desmembramento do município de Vicentina no ano de 1987.

Na classe de área de 50 a 200 hectares, apenas o município de Glória de Dourados não teve redução, mas um aumento de 13 estabelecimentos. Na classe de área de 200 a 1.000 hectares, houve um aumento do número de estabelecimentos nos municípios de Dourados, Deodápolis, Douradina, Glória de Dourados, Itaporã e Rio Brilhante. Nesse último município, o aumento foi significativo, da ordem de 244

estabelecimentos. O mesmo ocorreu na classe de área de 1.000 a 5.000 em Rio Brilhante, que também aumentou em 62 estabelecimentos. Excluindo Itaporã e Rio Brilhante, essa classe de área teve redução em todos os municípios.

O município de Rio Brilhante foi considerado pelo IDATERRA como “um município de grandes latifúndios” e passa por transformações em sua malha fundiária, provavelmente provocadas pela expansão da cultura da cana-de-açúcar, que tende a ocupar áreas maiores.

Em contrapartida a essa concentração, o município passa pela instalação de projetos de assentamento para abrigar mais de 700 famílias de agricultores de produção familiar, com previsão de ampliação, em curto prazo, destes números, acarretando conseqüentemente mudanças sociais. Em 2004 o município possuía 8 assentamentos rurais. O mais antigo é o Assentamento Triângulo, composto por 50 lotes com a área média por propriedades de 17,5 ha sendo pequenos produtores, que se destacam na produção de leite em culturas anuais – soja, milho, aveia e trigo. Este foi o primeiro assentamento do município de Rio Brilhante e data de 1997 (IDATERRA, 2003, p. 10).

Em 1985, nos estabelecimentos da Bacia do Médio Ivinhema, praticava-se a “cultura domiciliar”¹⁴ que significa que os proprietários cultivavam para a própria subsistência, denominada produção familiar, onde o empreendedor é também dono do capital e emprega mão-de-obra familiar. Esses pequenos proprietários dividiam seus estabelecimentos em áreas, de um lado para a sua produção e a outra parte arrendavam para agricultores oriundos do Sul do país.

Em 1996, alguns proprietários arrendaram toda a área do estabelecimento ou houve a venda para o vizinho, mesmo porque o capital não era suficiente para a aquisição dos maquinários e insumos que passam a fazer parte do padrão agrário competitivo.

Outro fator importante para compreender as transformações na estrutura fundiária apresentado pelos dados coletados foi a mudança de metodologia pelo IBGE. Antes de 1985, propriedades de um mesmo dono que apresentassem atividades diferentes eram consideradas como estabelecimentos distintos e a partir do censo de 1996, propriedades (de um único dono), com a mesma atividade passam a ser considerados como um único estabelecimento.

Tabela 6 - BMI- Aumento (+) ou redução (-) nas condições de proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante (1980-1996)

Municípios	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Caarapó	-257	-82	-9	+62
Deodápolis	-194	-269	-22	-173
Dourados	-400	-361	-21	+250
Fátima do Sul	-844	-426	-58	-254
Glória de Dourados	-112	-187	-51	-104
Itaporã	-80	**	-22	+134
Rio Brilhante	-94	-59	-22	-15

** Não houve alteração

Fonte: IBGE

Org.: Louveira, 2003

¹⁴ Expressão utilizada por Aparecido Freitas Brito – Técnico do IBGE em entrevista aos autores em 18 de Julho de 2003.

A redução das condições está diretamente ligada à redução do número de estabelecimentos, já apresentada. Mas destaca-se o crescimento do número de ocupantes nos municípios de Caarapó, Dourados e Itaporã, enquanto houve redução em Deodápolis, Fátima do Sul, Glória de Dourados e Rio Brilhante (Tabela 6).

Considerando-se que o município de Douradina foi desmembrada de Dourados, dos 400 proprietários (descontando os 299 de Douradina), Dourados teve redução de 101 proprietários, de 265 arrendatários e de 3 parceiros e o aumento de 166 ocupantes.

Em Fátima do Sul dos 844 proprietários (descontando 633 de Vicentina), Fátima do Sul teve uma redução de 211 proprietários, de 351 arrendatários e, de 37 parceiros e de 124 ocupantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico do processo de ocupação e povoamento é determinante das relações sociais e das atividades econômicas que produzem o espaço geográfico na Bacia do Médio Ivinhema. A formação social é marcada pela implantação do projeto de colonização que “desenhou” uma malha fundiária com predomínio das pequenas propriedades. Essa rede de pequenos produtores aliada à conjuntura político-econômica dos anos 70 e às condições de infra-estrutura física proporcionaram a esse espaço uma competitividade espacial que o tornou atrativo para a instalação de indústrias beneficiadoras de grãos e frigoríficos que trabalham com o processo de integração com o produtor como fornecedor de matéria-prima.

A transição do binômio soja-trigo para o binômio soja-milho e o novo padrão de organização da atividade econômica provoca uma readequação no campo, mecanização, redução da participação da mão-de-obra residente na zona rural, redução do número de arrendatários e a expansão, na cidade, de uma rede de comércio e serviços que dá suporte à implantação dos empreendimentos agroindustriais.

A distinção campo-cidade torna-se fluída, substituída por uma integração dinâmica, por relações complementares que não deixam a interpretação sobre o processo de desenvolvimento regional prescindir da dinâmica dada pelas atividades agrícolas, sob a influência de determinantes que são externos à região.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. **O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense**: discurso, intenções e prática. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001

ESTRELA, Ari Osvaldo; Reis, João Elias dos: A agroindústria em Dourados-MS: a empresa Seara Alimentos, (Monografia de Bacharelado) – DCH, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 2003.

FARIA, Elaine dos Santos; MASSOCA, Geraldo Magela; SOUZA, Jozenildo José de. **A piscicultura como alternativa de diversificação econômica para os produtores do município de Dourados-MS**. (Monografia de Bacharelado). – DCH, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 1999. 54p.

SWENSSON, Lauro Joppert. **Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – Unesp, Rio claro, 1982.

IDATERRA. **Plano de desenvolvimento**. Rio Brilhante/MS. Campo Grande, s.ed., 2003. p. 4-80.

IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE (vários anos).

_____. **Censo agropecuário**. (dados preliminares, sujeitos a ratificação), 2003.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Fundação: Fundação IBGE (vários anos).

LAMOSO, Lisandra Pereira. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia**. Campo Grande, v. 5, n. 10, p.31-43, 1999.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, 1986.

LOMBA, Gilson Kleber; VALENTE, Madson Roberto Pereira; SILVA, Willian Leite da. **O Estado, a Piratini e o produtor**: o papel desses agentes na atividade avícola de Caarapó-MS. (Monografia de Bacharelado) – DCH, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 1994. 58p.

LOPES, Maria de Lourdes Ferreira de Macedo. **Aspectos do desenvolvimento econômico do município de Fátima do Sul-MS**. Dourados, 2003. Monografia (Especialização em Geografia), Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

MANFRÉ, Éder; SPÍNOLA, Silvia Cristina; LIMA, Vanderly Pedro de. **A helicicultura no município de Caarapó-MS**: alternativa de diversificação econômica. Dourados: (Monografia de Bacharelado) – DCH, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 1999. 55p.

MARTINS, Demóstenes. **História de Mato Grosso**. São Paulo: Vaner Bicego, 1980.

MENDONÇA, Mário Sérgio de Andrade; FREITAS, Rodrigo Pereira de. **Características geoeconômicas do município de Deodápolis-MS**. Dourados, 2003. Monografia (Bacharelado em Geografia), Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

MOREIRA, Márcia Maria Rodrigues; COSTA, Sueli Lopes. **Bovinocultura de leite em Glória de Dourados-MS**: alternativa de diversificação econômica rural. (Monografia de Bacharelado) – DCH, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, Dourados, 1999.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **A territorialização da avicultura no Estado do Mato Grosso do Sul**: o caso Coagri. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, 1996.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Benícia Couto de; JUSTINO, Valdeir. O projeto colonizador na Região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia**. Dourados, v. 8, n.5, 1997, p.10-14, 1997.

OLIVEIRA, Henrique et al. **Aspectos físicos e socioeconômicos da Bacia do Médio Ivinhema**. Dourados: Embrapa – Agropecuária do Oeste, 2000.

PETRONE, Pasquale. No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guairá. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 27, p. 55-94, 1957.

PEBAYLE, Raymond; KOEHLIN, Jean. As frentes pioneiras de mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. **Espaço e Conjuntura**, São Paulo. s. n., p.1- 42, 1981.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1992.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. **Distrito industrial de Dourados - MS: intenções, resultados e perspectivas**. Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, 1998.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2003.

Recebido em junho de 2005

Aceito em setembro de 2005